www.pwc.com.br

Scania Banco S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores
Scania Banco S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Scania Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis".

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Scania Banco S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 23 às demonstrações financeiras, a administração do Scania Administradora de Consórcios Ltda. (instituição do Grupo Scania no Brasil integrante do Conglomerado Prudencial), decidiu, após 30 de junho de 2019, pela reversão de valores apropriados como receita a título de taxa de permanência sobre recursos não procurados de consorciados no montante de R$ 26.493 mil e pela constituição da provisão para perdas para grupos de consórcio encerrados no montante de R$ R$ 13.299 mil, antes dos efeitos tributários, ambos relativos a períodos anteriores. Caso a reversão da receita e a constituição da provisão para perdas tivessem sidos refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco de 30 de junho de 2019, conforme requerem as práticas contábeis aplicáveis, o lucro líquido e o patrimônio líquido do semestre findo em 30 de junho de 2019 estariam apresentados a maior no valor de R$ 23.771 mil, líquidos dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Scania Banco S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Scania Banco S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Scania Banco S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de dezembro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em 30 de junho

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial consolidado 7
Demonstração consolidada do resultado 9
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa 11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas 12

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Balanço patrimonial consolidado
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Jun 19	Jun 18
Ativo		
Circulante	1.426.911	1.098.352
Disponibilidades (Nota 5)	2.342	1.422
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 5 e 6)	95.815	14.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.815	14.001
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	67.465	120.223
Operações de crédito (Nota 8)	1.100.469	771.810
Operações de crédito - setor privado	1.115.180	815.582
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(14.711)	(43.772)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	13.288	2.091
Operações de arrendamento mercantil – setor privado	13.370	2.106
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(82)	(15)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)		36.366
Carteira com características de concessão de crédito - setor privado		36.549
Provisão para operações de concessão de crédito de liquidação duvidosa		(183)
Outros créditos	141.315	151.492
Rendas a Receber	14	14
Diversos (Nota 9)	141.301	151.478
Outros valores e bens	6.217	947
Outros valores e bens	6.177	318
Despesas antecipadas	40	629
Realizável a longo prazo	2.099.368	1.296.605
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	698	623
Títulos de renda fixa	698	623
Operações de crédito (Nota 8)	2.009.255	1.239.929
Operações de crédito - setor privado	2.027.588	1.252.115
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(18.333)	(12.186)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	29.166	1.000
Operações de arrendamento mercantil – setor privado	29.323	1.010
Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(157)	(10)
Outros créditos	60.249	55.053
Diversos (Nota 9)	60.249	55.053
Permanente	4.736	4.783
Investimentos em controlada (Nota 10)	1.846	1.207
Intangível	1.665	1.214
Imobilizado de uso	1.225	2.362
Total do ativo	3.531.015	2.399.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Balanço patrimonial consolidado
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Jun 19	Jun 18
Passivo		
Circulante	1.317.082	998.261
Depósitos (Nota 12)	522.346	166.162
Depósitos a interfinanceiros		50.504
Depósitos a prazo	522.346	115.658
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	614.090	598.384
Empréstimos no exterior	102.519	
Repasses do país	511.571	598.384
Outras obrigações	180.646	233.715
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.071	505
Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	20.858	3.685
Dívidas subordinadas (Notas 14c)	1.060	1.083
Diversos (Nota 14b)	157.657	228.442
Exigível a longo prazo	1.827.709	1.086.877
Depósitos (Nota 12)	396.966	
Depósitos a prazo	396.966	
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	1.351.283	1.007.749
Empréstimos no exterior	465.000	
Repasses do país	886.283	1.007.749
Outras obrigações	79.460	79.128
Fiscais e previdenciárias (Nota 14a)	360	28
Dívidas subordinadas (Nota 14c)	79.100	79.100
Resultado de exercícios futuros	1.469	2.171
Resultado de exercícios futuros (Nota 15)	1.469	2.171
Patrimônio líquido (Nota 16)	384.755	312.431
Capital		
De domiciliados no País	22.000	14.491
De domiciliados no exterior	200.000	200.000
Reserva legal	6.144	3.680
Reservas estatutárias	110.184	63.377
Lucros Acumulados	46.427	30.883
Total do passivo e patrimônio líquido	3.531.015	2.399.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Demonstração consolidada do resultado
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Jun 19	Jun 18
Receitas da intermediação financeira	168.556	108.055
Operações de crédito e arrendamento mercantil	165.945	106.408
Resultado de operações com aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	2.611	1.647
Despesas da intermediação financeira	(103.990)	(91.396)
Operações de captação no mercado	(20.404)	(2.739)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(73.775)	(56.643)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(9.811)	(32.014)
Resultado bruto da intermediação financeira	64.566	16.659
Outras receitas / (despesas) operacionais	(3.586)	(10.147)
Rendas de prestação de serviços (Nota 17)	72.527	58.702
Despesas de pessoal (Nota 18)	(19.410)	(19.461)
Outras despesas administrativas (Nota 19)	(44.391)	(41.406)
Despesas tributárias	(14.207)	(10.729)
Resultado de participações em controlada (Nota 10)	1.852	1.163
Outras receitas operacionais (Nota 20)	1.892	1.811
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(1.849)	(227)
Resultado operacional	60.980	6.512
Resultado não operacional (Nota 21)	70	349
Participação no lucro	(788)	(863)
Resultado antes da tributação	60.262	5.998
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22a)	(22.091)	(3.759)
Provisão para Imposto de renda	(15.838)	(3.350)
Provisão para contribuição social	(8.166)	(1.214)
Imposto fiscal diferido	1.913	805
Lucro líquido do semestre	38.171	2.239

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	214.491	3.680	63.377	28.644	310.192
Lucro líquido do semestre				2.239	2.239
Saldo em 30 de junho de 2018	214.491	3.680	63.377	30.883	312.431
Saldo em 31 de dezembro de 2018	214.491	4.738	83.475	43.880	346.584
Lucro líquido do semestre				38.171	38.171
Destinação para reservas de lucros		1.406	26.709	(28.115)	-
Integralização de Capital	7.509			(7.509)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	222.000	6.144	110.184	46.427	384.755

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scania Banco S.A. - Instituição líder do Conglomerado Prudencial

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Jun 19	Jun 18
Atividade operacional		
Lucro líquido ajustado do semestre	49.424	32.951
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre	38.171	2.239
Ajustes ao lucro líquido	11.253	30.712
Amortizações	631	666
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8b)	9.811	32.014
Impostos diferidos (Nota 22a)	2.663	(805)
Resultado de participação em controladas (Nota 10)	(1.852)	(1.163)
Variação de ativos e obrigações	(47.616)	(118.885)
Aumento/(Redução) em títulos e valores mobiliários	(12.797)	(15.866)
Aumento/(Redução) em operações de crédito e arrendamento mercantil	(619.233)	(300.243)
Aumento/(Redução) em outros créditos e outros valores e bens	(14.987)	(4.867)
Redução/(Aumento) em outras obrigações	22.140	22.591
Redução/(Aumento) em impostos e contribuições a pagar	8	3.633
Redução/(Aumento) em obrigações por dívida subordinada	23	(120)
Redução/(Aumento) em obrigações por empréstimos e repasses	96.512	10.679
Redução/(Aumento) em resultado dos exercícios futuros	(418)	(165)
Redução/(Aumento)em depósitos a prazo	490.112	166.162
Impostos pagos	(8.976)	(689)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	1.808	(85.934)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(334)	(73)
Depreciação de imobilizado		(10)
Venda de imobilizado		95
Alienação do imobilizado		1.487
Recebimento de dividendos (Nota 10)	3.000	4.000
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de Investimentos	2.666	5.500
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	4.473	(80.435)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	93.684	95.858
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	98.157	15.423

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Scania Banco S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em 30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Scania Banco S.A. ("Banco") foi constituído em 12 de agosto de 2009 e obteve a autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil – BACEN em 4 de dezembro de 2009, para operar sob a forma de banco múltiplo, com as carteiras de crédito, financiamento e investimento, e arrendamento mercantil. O Scania Banco S.A. iniciou suas operações durante o primeiro trimestre de 2010 e tem seguido o Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2008, realizando operações de FINAME, FINAME Leasing, Leasing, Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Vendor. As operações visam suportar as vendas aos clientes de produtos da marca Scania.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo Scania e os custos de estrutura operacional e administrativos são absorvidos em conjunto ou individualmente.

As operações da Scania Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição") consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de chassis para caminhões, caminhões-trator, ônibus, chassis para ônibus, motores industriais, motores marítimos fabricados pela Scania Latin América Ltda. - Scania; mediante cobrança da taxa de administração.

Conglomerado Prudencial

O conglomerado encontra-se registrado no Unicad com a seguinte composição:

- Scania Banco S.A. – líder
- Scania Administradora de Consórcios Ltda – participante

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 20 de dezembro de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras do Scania Banco S.A. e da Scania Administradora de Consórcios Ltda., conforme determinam a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 do CMN e Circular nº 3.701 de 31 de março de 2014 do BACEN, que requer a consolidação de entidades financeiras, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN.

Conforme disposto na Resolução nº 4.280/13, do CMN:

- artigo 1º, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais o líder do conglomerado, o Banco, detém controle direto ou indireto.

- artigo 3º, inciso II, a existência de controle fica caracterizada pelo controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial. Assim sendo, diante do acima exposto, a Scania Administradora de Consórcios, caracteriza-se como entidade integrante do Conglomerado Prudencial.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados advindos de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação. Para fins do Conglomerado Prudencial, os saldos do patrimônio líquido, dos ativos e dos passivos do Banco e da Scania Administradora de Consórcios estão sendo apresentados de forma combinada.

Em 30 de junho de 2019	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**Lucro líquido do semestre**
Scania Banco	3.309.401	2.993.073	316.328	3.309.401	28.115
Scania Administradora de Consórcios	221.614	153.187	68.427	221.614	10.056
Consolidado	3.531.015	3.146.260	384.755	3.531.015	38.171

Em 30 de junho de 2018	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**Resultado do semestre**
Scania Banco	2.143.361	1.878.064	265.297	2.143.361	(1.760)
Scania Administradora de Consórcios	256.379	209.245	47.134	256.379	3.999
Consolidado	2.399.740	2.087.309	312.431	2.399.740	2.239

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando premissas estabelecidas com base em julgamento na determinação dos montantes de certos ativos, passivos e receitas. Estas premissas foram consideradas na mensuração de provisões de

perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das premissas adotadas. A administração revisa as premissas, pelo menos, semestralmente.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e seus respectivos resultados, foram reclassificadas para o grupo de “Operações de crédito e arrendamento mercantil”.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

a) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;

b) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

g) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

h) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;

i) CPC 24 – Eventos subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;

j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

k) CPC 27 - Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração devida pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, as comissões sobre venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização e as comissões sobre as contemplações são apropriadas ao resultado por ocasião das contemplações.

As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, o conglomerado não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e provisão para perdas em operações de crédito

As operações de crédito e arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n° 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações de crédito e arrendamento mercantil estão registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada, sendo atualizada até o 60º dia de atraso.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.

Outros ativos circulantes e realizável a longo prazo

Os demais ativos são apresentados ao custo deduzido, quando aplicável, por provisão para ajuste ao valor de realização.

f) Imobilizado e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição ou avaliação, líquido das depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente com base nas seguintes taxas anuais que contemplam sendo: móveis e equipamentos – 10% e equipamento de informática – 20%, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Outros Valores e Bens

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido, reconhecida no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j) Recebimentos e pagamentos pendentes de cobrança judicial – Outros Créditos e Outras obrigações – Diversos

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidas e ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

Os saldos existentes em outros créditos e outras obrigações referentes a valores em cobrança de consorciados, denominados “valores pendentes de recebimento e cobrança” e “recebimentos pendentes de cobrança judicial”, respectivamente, referem-se a valores pendentes de recebimento dos grupos de consórcio encerrados, que encontram-se em cobrança judicial e são controlados pela administradora, sendo registrados em conta de ativo com contrapartida no passivo e portanto não gerando qualquer impacto ao resultado da administradora.

k) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses e dívida subordinada

As operações estão registradas por seus respectivos valores, acrescidos dos encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base “pro rata” dia.

l) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 no semestre. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15%, conforme Lei n° 13.169, de 06 de outubro de 2015, conversão da Medida Provisória n° 675. A contribuição social é calculada pela alíquota de 9% no Consórcio.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes obrigações legais e divulgação de provisões são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências classificadas como risco de perda possível não requerem constituição de provisão, mas requerem divulgação e as classificadas como risco remoto não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

n) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

4. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos do Banco é feita de forma a cumprir com as segregações definidas as regras do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Estão contemplados os seguintes riscos:

Risco de crédito: Exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco segue as melhores práticas da Matriz e tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

Risco operacional: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades do Scania Banco, resultando em perdas inesperadas. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual do Banco e para efeito de capital regulamentar, o Banco utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

Risco de mercado: Através de metodologias condizentes com a realidade atual do Banco, o risco de mercado é gerenciado com transparência e elevado grau de confiança, sendo que nossas operações substancialmente consideradas como banking book.

Risco de Liquidez: É gerenciado por meio de estruturas, procedimentos e relatórios padrões que visam gerir a capacidade de pagamento do banco, considerando planejamento financeiro, limites de riscos e otimização de recursos disponíveis, permitindo uma tomada de decisão com grande agilidade e alto grau de confiança.
Gerenciamento de Capital: De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as normas do Banco Central do Brasil, o Scania Banco S.A. considera as 4 categorias de risco (Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) ao monitorar e manter o capital mínimo.

Além disso, consideramos o seguinte na revisão do nível de capital:

(i) alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total;

(ii) custo ao captar caixa em curto prazo;

(iii) sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central; e

(iv) alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos.

Em atendimento às Circulares 3.678 e 3.716 do BACEN, a estrutura e as metodologias aplicadas à Gestão de Risco do Scania Banco encontram-se disponíveis para acesso público no website do Banco: http://www.scania.com.br/solucoes-financeiras/scania-banco.

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma individual tomando-se como base os dados do Scania Banco S.A. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 30 de junho de 2019, o índice é de 11,58% (12,01%, em junho de 2018).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Jun 19	Jun 18
Caixa e saldos em bancos-moeda nacional	2.342	1.422
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	95.815	14.001
Total	98.157	15.423

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Jun 19	Jun 18
Certificado de depósito interfinanceiro até 90 dias	95.815	14.001
Total	95.815	14.001

7. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	Jun 19		Jun 18	
	Custo atualizado	Valor de Mercado	Custo atualizado	Valor de Mercado
Cotas de fundos de investimentos abertos (i)	17.867	17.867	90.918	90.918
Certificados de depósitos bancários (ii)	49.598	49.598	29.305	29.305
Títulos mantidos até o vencimento (iii)	698	698	623	623
Total	68.163	68.163	120.846	120.846

(i) As cotas de fundos de investimento, nos termos da circular Bacen 3.262/04, são atualizadas pelos respectivos valores das cotas informados pelos administradores.

(ii) Os CDB's certificados de depósitos bancários são atualizados pelos respectivos índices informados pelos administradores. A instituição tem capacidade econômica para manter estes títulos até o vencimento. Não há diferença entre o valor do custo atualizado em comparação ao valor de mercado.

(iii) As cotas do fundo de investimento (FGI –Fundo Garantidor de Investimentos) são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota disponibilizada pelo BNDES.

(iv)

8. Operações de crédito, arrendamento mercantil e títulos a receber

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as operações de crédito e arrendamento mercantil estão compostas como segue:

	Jun 19	Jun 18
Financiamentos	3.142.768	2.067.697
Arrendamento mercantil	42.693	3.116
Títulos e créditos a receber	-	36.549
	3.185.461	2.107.362

a) Composição da carteira por nível de risco

	jun/19				
Nível	A Vencer	Vencido	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	106.526	183	106.709	0,00%	-
A	994.433	20.930	1.015.363	0,50%	5.077
B	1.850.833	62.545	1.913.378	1,00%	19.134
C	112.099	18.244	130.343	3,00%	3.910
D	5.153	7.646	12.799	10,00%	1.280
E	-	868	868	30,00%	261
F	-	4.272	4.272	50,00%	2.136
G	-	814	814	70,00%	570
H	-	915	915	100,00%	915
Total	3.069.044	116.417	3.185.461		33.283

	jun/18				
Nível	A Vencer	Vencido	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	44.732	-	44.732	0,00%	-
A	608.263	4.589	612.852	0,50%	3.064
B	1.254.133	38.868	1.293.001	1,00%	12.930
C	74.362	20.893	95.255	3,00%	2.858
D	13.090	3.759	16.849	10,00%	1.685
E	7.467	5.174	12.641	30,00%	3.792
F	-	232	232	50,00%	116
G	-	263	263	70,00%	184
H	37	31.500	31.537	100,00%	31.537
Total	2.002.084	105.278	2.107.362		56.166

b) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	jun/19	jun/18
Saldo início do semestre	24.215	27.756
Contituições / Reversões	9.811	32.014
Baixa para prejuízo	(743)	(3.604)
Saldo no final do semestre	33.283	56.166

c) Por setor de atividade

	Jun 19	Jun 18
Indústria	97.178	76.086
Comércio	657.996	445.632
Serviços	2.376.755	1.559.915
Pessoas físicas	53.532	25.729
Total	3.185.461	2.107.362

d) Por faixa de vencimento

	Jun 19	Jun 18
Vencidos		
A partir de 15 dias	31.267	99.199
A vencer	-	-
Até 3 meses	352.025	276.989
De 3 meses a 1 ano	745.258	478.049
De 1 ano a 3 anos	1.487.775	861.839
De 3 anos a 5 anos	566.118	385.337
De 5 anos a 15 anos	3.018	5.949
Total	3.185.461	2.107.362

e) Operações renegociadas

No semestre findo em 30 de junho de 2019, não foram renegociadas operações de crédito, (R$ 1.437 em 2018).

f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R$ 11.899 (R$ 7.750 em 2018) e estão registrados em "Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito".

9. Outros créditos - diversos

	Jun 19	Jun 18
Impostos a compensar	5.635	2.193
Créditos tributários (nota 22b)	53.270	57.351
Valores a liquidar carteira (D+1)	7.993	25.352
Devedores por depósitos em garantia	115	347
Cotas adquiridas de grupos de consórcio (i)	25.059	32.488
Recursos judiciais - grupos de consórcio (ii) (Nota 14b)	68.453	61.501
Adiantamento a fornecedores de terceiros (iii) (Nota 14b)	3.445	15.111
Bens retomados ou devolvidos (ii) (Nota 14b)	11.492	8.790
Empréstimos a Grupos de Consórcio	24.490	-
Outros	1.598	3.398
Total	201.550	206.531
Curto prazo	141.301	151.478
Longo prazo	60.249	55.053

(i) Referem-se a 337 Cotas ativas de grupos de consórcios (405 em 30 de junho de 2018) administrados pela própria empresa, consoante facultado pela Circular no. 3.432/09.

(ii) De acordo com a Circular no. 3.432/09, os direitos e as obrigações dos grupos de consórcios encerrados devem ser transferidos para a administradora. Os valores ativos são mantidos ao custo pelo valor líquido dos grupos encerrados.

(iii) Os valores de adiantamentos a concessionárias e fornecedores Scania para a aquisição de bens de Cotas contempladas são mantidos, para fins de controle, nas contas da administradora (no ativo na conta "Adiantamentos a fornecedores de terceiros", no passivo na conta "Obrigações por adiantamentos a terceiros") e baixados quando da entrega dos bens.

10. Investimentos em controladas

Saldo das transações

	Scania Corretora de Seguros	
	Jun 19	Jun 18
Ativo	2.552	2.200
Passivo	706	993
Patrimônio líquido	1.846	1.207
Saldo do investimento no início do período	2.994	4.044
Lucro líquido no semestre	1.852	1.163
Dividendos pagos no semestre	(3.000)	(4.000)
Percentual de participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento baseado na equivalência	1.846	1.207

11. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	jun/19	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA – Scania Latin America Serviços	-	(4)
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(282)
Processamento de dados	-	(293)
Outras despesas administrativas	-	(42)
Dívida subordinada (Nota 14c)	(80.160)	(2.665)
Depósito a prazo (Nota 12)	(918.207)	(17.156)
Rendas antecipadas (Nota 15)	(1.469)	-
Adiantamentos a Fornecedores (i)	3.445	-
Outros créditos e outras obrigações	(26)	(352)
	(996.417)	(20.794)
Scania Corretora de Seguros (Nota 12)	(1.105)	(5)
Codema Comercial e Importadora	6.156	(2.514)
Scania CV AB Internal Bank (Nota 13)	(567.519)	-
Suvesa Com. e Import.	(135)	(1.721)
Cavese Com. e Import.	(22)	(889)

(i) Referem-se a adiantamentos ao fornecedor Scania Latin America Ltda, com a finalidade de aquisição de bens de cotas contempladas. A contrapartida deste registro contábil ocorre no passivo em outras obrigações. (nota 14b)

	jun/18	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
SLA – Scania Latin America Serviços	-	(6)
Marketing	-	877
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	(304)
Processamento de dados	-	(200)
Outras despesas administrativas	-	(38)
Dívida subordinada (Nota 14c)	(80.183)	(3.545)
Depósito a prazo (Nota 12)	(115.658)	-
Rendas antecipadas (Nota 15)	(2.171)	-
Adiantamentos a Fornecedores (i)	15.111	-
Outros créditos e outras obrigações	(18)	(853)
	(182.919)	(4.069)
Scania Corretora de Seguros	14	90
Codema Comercial e Importadora	(30)	(2.735)
Suvesa Com. e Import.	(107)	(860)
Cavese Com. e Import.	(5)	(743)

(i) Referem-se a adiantamentos ao fornecedor Scania Latin America Ltda, com a finalidade de aquisição de bens de cotas contempladas. A contrapartida deste registro contábil ocorre no passivo em outras obrigações. (nota 14b)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R$ 2.663 (R$ 2.663 em 2018), a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. Depósitos

	Jun 19	Jun 18
Depósito interfinanceiro	-	50.504
Depósito a prazo	919.312	115.658
Total de depósitos	919.312	166.162
Vencimento até 90 dias	177.626	166.162
Vencimento até 360 dias	344.720	-
Vencimento maior que 360 dias	396.966	
Total de depósitos	919.312	166.162

Em 30 de junho de 2019 referem-se a captações com a Scania Latin America e Scania Corretora de Seguros, com vencimento até Setembro/2022, com taxas pré e pós-fixadas que variam de 6,5% a 7,98% ao ano.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Obrigações por empréstimos no exterior

	Jun 19	Jun 18
Vencimento até 90 dias	2.519	-
Vencimento até 360 dias	100.000	-
Vencimento maior que 360 dias	465.000	-
Total	567.519	

Referem-se a captação de funding para operações de CDC junto a Scania CV AB Internal Bank em reais, com taxas entre 6,66% a 6,99% ao ano. (Nota 11).

b) Obrigações por empréstimos no país

	Jun 19	Jun 18
Até 3 meses	139.770	162.209
De 3 a 12 meses	371.801	436.175
De 1 a 3 anos	674.353	727.666
De 3 a 5 anos	210.450	274.820
De 5 a 15 anos	1.480	5.263
Total	1.397.854	1.606.133
Curto Prazo	511.571	598.384
Longo Prazo	886.283	1.007.749

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

14. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	Jun 19	Jun 18
Provisão para impostos	16.227	687
Impostos e contribuições a recolher	1.382	898
Impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	360	28
Outros	3.249	2.100
Total	21.218	3.713
Curto Prazo	20.858	3.685
Longo Prazo	360	28

b) Diversos

	Jun 19	Jun 18
Credores diversos	-	14.313
Provisões administrativas	2.442	2.285
Fornecedores diversos	869	4.708
Obrigações com grupos encerrados de consórcio (i)	18.410	91.011
Comissão sobre venda de Cotas de consórcio	1.764	1.294
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	6.097	5.457
Obrigações por adiantamentos a terceiros (iii) (Nota 9)	3.445	15.111
Recursos judiciais de grupos encerrados (i) (Nota 9)	79.945	70.291
Provisão para passivos contingentes (Nota 14e)	3.216	2.727
Provisão para Campanha de Vendas	20.893	15.704
Provisão para Perdas em Grupos	18.070	3.335
Outras provisões (iv)	2.506	2.206
Total	157.657	228.442

(i) De acordo com a Circular no. 3.432/09 do BACEN, os direitos e as obrigações dos grupos de consórcios encerrados devem ser transferidos para a administradora e os recursos não procurados serão apropriados ao resultado de acordo com o regulamento dos Grupos.

(ii) Este saldo refere-se, substancialmente a provisão de férias, participação em resultados e gratificações a pagar.

(iii) Os valores de adiantamento a concessionárias e fornecedores para a aquisição de bens de Cotas contempladas são mantidos, para fins de controle, nas contas da administradora (no ativo na conta “Adiantamento a fornecedores de terceiros”, no passivo na conta “Obrigações por adiantamentos a terceiros”) e baixados quando da entrega dos bens.

c) Dívida subordinada

Representada por captações que compõem o Capital Nível II, conforme autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Título	Valor emissão	Data emissão	Data vencimento	Taxa de Juros (a.a)	Valor em Jun 19	Valor em Jun 18
Letra Financeira	30.000	15/09/2011	15/09/2021	108% - CDI	30.585	30.597
Letra Financeira	29.100	11/05/2012	11/05/2022	109% - CDI	29.364	29.374
Letra Financeira	20.000	14/11/2013	14/11/2023	110% - CDI	20.211	20.212
Total	79.100				80.160	80.183

d) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 2018, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

e) Passivos contingentes

(i) *Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) *Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos.

Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

Em 30 de junho de 2019 o montante de provisões para contingências trabalhistas é de R$ 660, relativos a 7 processos (R$ 560 em 2018 relativos a 5 processos). Os processos cíveis somam R$ 2.556, relativos a 42 processos (R$ 2.167 em 2018 relativos a 42 processos) (Nota 14b).

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2019 as contingências passivas classificadas como perda possível estão representadas por 94 processos, que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R$ 6.500 (R$ 5.227 em 2018

representadas por 82 processos). Os processos estão representados, substancialmente, pelas seguintes ações:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações trabalhistas

15. Resultado de exercícios futuros

Em 30 de junho de 2019, o resultado de exercícios futuros foi de R$ 1.469 (R$ 2.171 em 2018), valor refere-se a subsídios da Scania Latin America Ltda, relativo a contratos de equalização de taxa de juros, considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Scania Banco S.A, a apropriação do resultado é feita pelo prazo do contrato.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Scania Banco S/A
Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o capital social de R$ 200.000 está representado por 200.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto e foi totalmente integralizado por acionistas domiciliados no exterior.

Scania Administradora de Consórcios Ltda
O capital social é dividido em 22.000.000 cotas de R$ 1,00 cada.
Em 29 de abril de 2019 a administração aprovou o aumento do capital social de 14.490.795 cotas de R$ 1,00 cada para 22.000.000 cotas de R$ 1,00 cada. O aumento de capital no valor de R$ 7.509 foi realizado através de incorporação de reserva de lucros.

b) Distribuição de dividendos

Scania Banco S.A
O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

Scania Administradora de Consórcios Ltda
A distribuição de lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas, na proporção de suas cotas.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. O Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

d) Reserva estatutária

Tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

17. Rendas de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as rendas de prestação de serviços são compostas como segue:

	Jun 19	Jun 18
Rendas de taxa de administração de consórcio	67.373	55.453
Rendas de prestação de serviços	2.642	2.186
Outras rendas de serviços (i)	2.512	1.063
Total	72.527	58.702

(i) Em 2019 e 2018 houve o reconhecimento de receita de taxa de permanência sobre recursos não procurados conforme estabelecido na Circular nº. 3.432 do Banco Central do Brasil.

18. Despesas de pessoal

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as despesas de pessoal são compostas como segue:

	Jun 19	Jun 18
Benefícios	1.660	1.719
Encargos	2.526	2.147
Proventos	6.533	5.608
Honorários (Nota 11b)	1.571	1.475
Treinamento	180	251
Outros	6.940	8.261
Total	19.410	19.461

19. Outras despesas administrativas

	Jun 19	Jun 18
Despesa de aluguel	971	782
Despesa de processamento de dados	1.233	912
Despesa de serviços técnicos especializados	1.308	1.166
Despesa de promoção e relações públicas	1.643	1.363
Despesa de viagens	1.156	1.191
Despesa de comunicação	754	1.001
Despesa de transporte	479	403
Despesa de publicação	39	36
Despesas de serviços do sistema financeiro	769	761
Despesas de BNDU (*)	1.718	1.389
Contribuições e doações	26	82
Custas judiciais	154	958
Outras despesas administrativas	4.405	2.818
Comissões	16.002	14.227
Campanha de vendas	12.843	13.457
Conservação e manutenção de bens	891	860
Total	44.391	41.406

(*) Referente às despesas por busca e apreensão de veículos R$ 1.097 (R$ 492 em 2018), despesas com o Detran R$ 344 (R$ 320 em 2018) e outras despesas administrativas R$ 277 (R$ 577 em 2018).

20. Outras receitas e despesas operacionais

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as outras receitas e despesas operacionais são compostas como segue:

	Jun 19	Jun 18
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (Nota 8f)	11.899	7.750
Ressarcimento de custas judiciais	1.799	1.697
Outras receitas operacionais	93	4
Descontos concedidos	(167)	(82)
Processos cíveis	41	203
Outras despesas operacionais	(1.723)	(238)
Total do semestre	11.942	9.334

21. Resultado não operacional

Em 30 de junho de 2019, o valor de R$ 70 (R$ 349 em 2018), corresponde principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição das despesas com impostos e contribuições

a.1) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	Jun 19	Jun 18
Ativo fiscal diferido de imposto de renda	1.179	1.790
Ativo fiscal diferido de contribuição social	859	(1.011)
Imposto de renda valores correntes	(15.838)	(3.350)
Contribuição social valores correntes	(8.166)	(1.214)
Passivo fiscal diferido de imposto de renda	(125)	26
Total	(22.091)	(3.759)

a.2) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Jun 19		Jun 18	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	60.262	60.262	5.998	5.998
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(2.736)	(3.501)	2.622	1.261
PDD	(1.671)	(1.671)	2.351	2.351
Equivalência patrimonial	(1.852)	(1.852)	(1.163)	(1.163)
Gratificações a Administradores	1.266	-	1.258	-
Outras adições e exclusões	99	99	90	90
Superveniência/(insuficiência) de depreciação	(501)	-	103	-
Outras adições e exclusões temporárias	(77)	(77)	(17)	(17)
Lucro real e base de cálculo dos tributos	57.526	56.761	8.620	7.259
Imposto de renda e contribuição social – valores correntes	16.086	8.166	3.362	1.214
(-) Deduções de incentivos fiscais	(248)	-	(12)	-
	15.838	8.166	3.350	1.214
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias	(1.179)	(859)	(1.790)	1.011
Imposto de renda – passivo diferido	125	-	(26)	-
	(1.054)	(859)	(1.816)	1.011
Total de imposto de renda e contribuição social	14.784	7.307	1.534	2.225

b) Créditos tributários

A administração constitui créditos tributários relativos a adições temporárias na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo 31/12/2018	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2019
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - IRPJ	23.060	2.453	(2.871)	22.642
Outras diferenças temporárias	10.641	9.442	(7.845)	12.238
	33.701	11.895	(10.716)	34.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - CSLL	13.280	2.027	(1.722)	13.585
Outras diferenças temporárias	4.251	3.667	(3	4.806
	17.531	5.694	(4.834)	18.391
Total	51.232	17.589	(15.550)	53.271

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355 e a compensação depende da natureza do crédito gerado.
Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias.

			Jun 19
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	TOTAL
Até 1 ano	21.651	10.542	32.193
De 1 a 2 anos	6.270	3.673	9.943
De 2 a 3 anos	1.186	712	1.898
De 3 a 4 anos	1.705	1.023	2.728
De 4 a 5 anos	4.068	2.441	6.509
Total	34.880	18.391	53.271
Total a valor presente (*)	26.722	13.652	40.374

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação.

c) Obrigações fiscais diferidas

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as obrigações diferidas apresentaram as seguintes movimentações:

Descrição	Saldo 31/12/2018	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2019
Imposto de renda				
Adições temporárias - Superveniência	235	-	(125)	360
Total	235	-	(125)	360

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização conforme o vencimento da carteira de arrendamento mercantil. As operações de arrendamento mercantil do Scania Banco têm como prazo cinco anos, portanto o valor constituído será realizado até 2022.

23. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2019, foi deliberado sobre o aumento de capital social no montante de R$ 70.000, mediante a emissão de 70.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações foram subscritas e aguardam homologação do Bacen para integralização.

Em 1 de agosto de 2019, a Scania Administradora de Consórcios recebeu o ofício BCB/DESUC sobre o resultado de uma inspeção realizada no início de 2019. No Ofício o Banco Central do Brasil determinou a reversão de apropriação de Recursos Não Procurados: i) a título de taxa de permanência e; ii) considerados como passivos contingentes de exigibilidade remota, ambos realizados em períodos anteriores.

Desta forma, a reversão a título de taxa de permanência será realizada no montante de R$ 26.493. Adicionalmente, será realizada a reversão de valores considerados como passivos contingentes de exigibilidade remota em grupos de consórcio encerrados, no montante de R$ 13.299. O impacto total no resultado do 2º semestre de 2019, em virtude da determinação do Banco Central do Brasil anteriormente mencionada, totalizará R$ 39.792.

Para a manutenção dos limites operacionais da administradora o Conselho de Administração aprovou em 9 de dezembro de 2019 um aumento de capital em moeda corrente, no montante de R$ 20.000 a ser realizado também no 2º semestre de 2019, que se encontra em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

* * *